



RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 001 DE 08 DE JANEIRO DE 2018

“Dispõe sobre as formas de renegociação de débitos junto à OAB/MT e dá outras providências”.

A DIRETORIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 53, VIII do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a necessidade de se redefinir os padrões e limites para os parcelamentos de débitos proporcionando uma melhor tentativa de receber os passivos;

CONSIDERANDO que os limites ora definidos não onerarão a OAB/MT, pelo contrário, possibilitarão a existência de maior conciliação entre devedores e a OAB/MT;

Resolve:

Art. 1º Fica a OAB/MT autorizada a efetuar parcelamento de débitos vencidos em exercícios anteriores a 2018 em até 10 (dez) parcelas mensais.

§ 1º Até a data da concessão do parcelamento, incidirão sobre o débito principal os seguintes encargos moratórios: I) correção monetária (INPC/IBGE); II) juros de mora (1% ao mês) e III) multa (2%).

§ 2º No prazo do parcelamento, incidirão juros pré-fixados à taxa de 1% ao mês.

§ 3º O deferimento do pedido de parcelamento dos débitos está condicionado à observância dos seguintes critérios:

- a) confissão da totalidade do débito pelo interessado;
- b) o valor mínimo de cada parcela é de R\$100,00 (cem reais);
- c) o atraso de pagamento de qualquer das parcelas mensais ensejará a incidência de juros de mora (1% ao mês) e correção monetária (INPC/IBGE);
- d) o atraso de pagamento de três ou mais parcelas, sucessivas ou não, implicará no vencimento antecipado das demais parcelas do ajuste, bem como a perda dos benefícios eventualmente concedidos.
- e) não estar em débito com qualquer outra renegociação.

§ 4º Para os débitos já cobrados pela via judicial, o acordo deverá ser efetuado nos autos do processo, incumbindo à Procuradoria Jurídica da OAB/MT a adoção das providências cabíveis.

§ 5º Ficam os Procuradores Jurídicos/advogados do quadro da OAB/MT, autorizados a efetuarem a cobrança de honorários advocatícios, seja em razão de processo judicial distribuído, seja em razão de cobrança administrativa (extrajudicial/proteto), observando-se o montante de até 10% (dez por cento) sob o valor da dívida, podendo os mesmos transigirem acerca do seu recebimento.

§ 6º A Tesouraria deverá comunicar a quitação de débitos ou seu parcelamento ao Tribunal de Ética e Disciplina, a quem competirá adotar as providências cabíveis em relação aos eventuais processos ético-disciplinares em andamento.

Art. 2º Fica a OAB/MT autorizada a conceder descontos sobre os juros de mora e multa incidentes sobre débitos em atraso, observados os seguintes critérios:

| Prazo | Descontos | |
|--|---------------|-------|
| | Juros de mora | Multa |
| À vista ou em até 5 x no cartão de crédito | 80% | 80% |
| 2 -3 parcelas | 30% | 30% |
| 4 a 10 parcelas | 15% | 15% |

§ 1º Em ano de eleições, não é permitida a realização de campanhas de conciliação no período compreendido entre 30 de junho e 31 de dezembro.

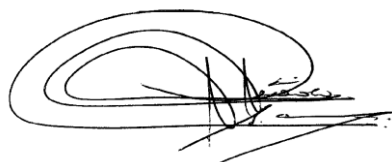
§ 2º Somente serão realizados acordos nos termos desta Resolução, até o dia 31/12/2018, respeitados os termos do artigo 12 e 13 do provimento 146/2011.

Art. 3º A Tesouraria da OAB/MT deverá divulgar os benefícios concedidos pela presente Resolução e implementar a estrutura necessária para a consecução dos objetivos da mesma.

Art. 4º Fica o Diretor Tesoureiro da OAB/MT, autorizado à efetivar o apontamento do débito em Cartório de Protesto de Título, sem prejuízo de prévia notificação ao interessado e preservação dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com vigência até 20 de dezembro de 2018.

Cuiabá-MT, 08 de Janeiro de 2018.



LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS
Presidente



FLAVIO JOSE FERREIRA
Vice-Presidente



ULISSES RABANEDA DOS SANTOS
Secretário Geral



GISELA ALVES CARDOSO
Secretária-Geral Adjunta



HELMUT FLAVIO PREZA DALTRO
Tesoureiro